

O Congresso no banco dos réus

CIDADANIA Entregue ao fisiologismo e à rapinagem, o Parlamento será alvo de um julgamento simbólico

Apenas 7% dos brasileiros confiam no Congresso Nacional, aponta um recente estudo da Fundação Getúlio Vargas. Um dos mais baixos da história, o percentual só não é inferior ao do governo federal, acreditado por míseros 6%. Não é difícil entender as razões da descrença no Parlamento, sequestrado por uma maioria entregue ao fisiologismo e à rapinagem, além de legislar de costas para o povo. Rejeitados pela ampla maioria da população, segundo diferentes institutos de pesquisa, o congelamento de gastos sociais por 20 anos, a reforma trabalhista e a terceirização irrestrita da mão de obra não tiveram dificuldade de ser aprovados a toque de caixa, quase sem debate. Igualmente impopulares, as drásticas mudanças propostas nas regras da aposentadoria retornaram à pauta legislativa.

Artífice da agenda de retrocessos, Michel Temer conta com a proteção da sua base. Um ano e três meses após autorizar o *impeachment* de Dilma Rousseff por irregularidades na prestação de contas do governo, as “pedaladas fiscais”, a Câmara dos Deputados arquivou a denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República contra o peemedebista por corrupção passiva, mesmo após a revelação dos comprometedores diálogos com Joesley Batista, dono da JBS, e da mala com 500 mil reais em

propina carregada por Rodrigo Rocha Loures, seu dileto aliado. A anistia custou caro aos cofres públicos. Apenas no mês de julho, às vésperas da votação da denúncia, o governo despejou 2,1 bilhões de reais em emendas parlamentares, segundo a ONG Contas Abertas. A nova denúncia contra Temer, por obstrução da Justiça e organização criminosa, tende a seguir roteiro semelhante.

Após livrar Temer, o Congresso terá de prestar contas à sociedade. Organizado pela Comissão Brasileira Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Tribunal Tiradentes fará um julgamento simbólico da conduta do Parlamento brasileiro na próxima segunda-feira 25, no Tucarena, o teatro da PUC de São Paulo, a partir das 19 horas. Trata-se de uma encenação, um evento de “comunicação pedagógica”, na definição dos organizadores, presidido pelo desembargador Antônio Carlos Malheiros, do Tribunal de Justiça paulista. Na primeira edição, realizada

Organizado pela CNBB, o Tribunal Tiradentes se reúne na próxima segunda-feira 25, em São Paulo

em 1983, por iniciativa do cardeal dom Paulo Evaristo Arns, julgou-se e condenou-se a Lei de Segurança Nacional. Em 1984, quando o Brasil se mobilizava pelas Diretas Já, a segunda sessão avaliou o desempenho do Colégio Eleitoral. A terceira sessão ocorreu após a instalação da Comissão Nacional da Verdade, em 2014, e resultou na condenação da interpretação da lei da anistia, que protegeu torturadores e agentes da repressão.

A cerimônia é inspirada no Tribunal Russell, realizado em 1966, em Estocolmo, para julgar os crimes cometidos pelos Estados Unidos no Vietnã. Concebido pelo filósofo inglês Bertrand Russell e mediado pelo colega francês Jean-Paul Sartre, o evento alertou o mundo sobre os horrores da guerra. Em edições posteriores, essa corte de notáveis denunciou violações aos direitos humanos praticadas pelas ditaduras latino-americanas. “Trata-se de um importante instrumento de denúncia, para atrair a atenção da sociedade sobre procedimentos que têm sido banalizados, como é o caso das práticas nocivas que existem no Congresso”, afirma o jornalista, biógrafo e escritor Fernando Moraes, que participará do evento na condição de acusador. “Recentemente, participei de um julgamento simbólico da Operação Lava Jato. Embora os grandes meios de imprensa tenham feito referências muito curtas e discretas sobre o evento, a internet disseminou as denúncias e os vídeos pelo País inteiro.”

Moraes reconhece a dificuldade de resumir, em 18 minutos, a acusação. “Será preciso uma capacidade de síntese quase telegráfica.” O escritor preparou uma “lista de pecadores”, a incluir quase 50 deputados que respondem a ações no Supremo Tribunal Federal e continuam a exercer seus mandatos com absoluta desenvoltura. Para cada um deles será dedicado um afiado verbete. O ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha,

GILMAR FELIX, JANETE LONGO E MIGUEL MEDINA / AFP

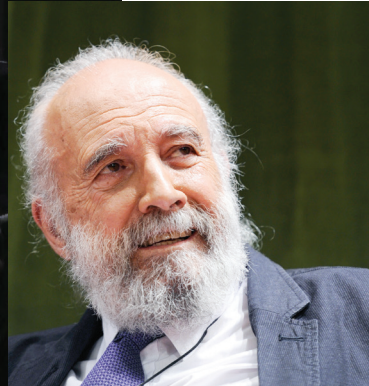


preso desde outubro de 2016, receberá uma menção especial, por ter organizado o chamado “baixo clero” para chantagear e extorquir o Executivo, esteja quem estiver no poder. Da mesma forma serão lembrados ex-parlamentares que hoje integram o governo Temer e respondem a graves acusações de corrupção. Após a descrição dos pecadores, serão narrados os pecados coletivos.

“Este é, seguramente, o pior Congresso que o Brasil teve. Nem na ditadura

tínhamos um Parlamento tão sabujo, tão acorçado e tão corrupto como o atual. Não podemos esquecer que o Congresso Nacional negou aos militares a autorização para processar o deputado Marcio Moreira Alves, e essa recusa resultou no fechamento do Parlamento e na edição do Ato Institucional nº 5”, recorda Moraes. Ainda assim, o acusador considera sua missão menos árdua que a confiada ao ativista Chico Whitaker. “Caberá a ele fazer a defesa dessa turma. Já imaginou?”

Após salvar Temer, o Parlamento terá de prestar contas. Chico Whitaker cuidará da defesa, enquanto Fernando Moraes fará a acusação. Tarefas árduas, por razões diferentes...



Parceiro de dom Paulo na consolidação das Comunidades Eclesiais de Base nos anos 1970 e na denúncia dos crimes praticados pela ditadura, Whitaker explica que não fará a defesa da atual legislatura, “indefensável”, ressalva feita à minoria parlamentar que resiste à agenda de retrocessos. “Será uma defesa da instituição, indispensável para qualquer democracia representativa. O Congresso foi sequestrado por uma maioria parlamentar que não representa os interesses do povo. Essa turma transformou a Câmara e o Senado em balcões de negócios”, diz o ativista. “Não podemos prescindir do Poder Legislativo. Precisamos fazer a defesa do Parlamento que queremos ter. E incentivar a tomada de consciência popular. A população deve dar mais atenção a quem elege e monitorar a atividade parlamentar.”

O Tribunal Tiradentes também ouvirá, como testemunhas, os economistas Marcio Pochmann e Ladislau Dowbor, além do jornalista Alceu Castilho, autor do livro *Partido da Terra – Como os políticos conquistam o território brasileiro* (Editora Contexto). Eles devem falar sobre os impactos da reforma trabalhista, do congelamento de gastos públicos e das investidas dos ruralistas contra as terras indígenas e quilombolas e áreas de proteção ambiental. Fabiana Cozza fará a apresentação do evento, no qual também deve cantar, na companhia do Coral Martin Luther King. • Por Rodrigo Martins

